

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA

Anna Beatriz Thomaz/TV Correio da Manhã



Bomtempo fala sobre a situação em coletiva

Inviabilidade jurídica impossibilita acordo

A Prefeitura de Teresópolis resolveu não prosseguir com o acordo que havia acertado com a Prefeitura de Petrópolis, para desistir da ação que ingressou que suspendeu a liminar da 4ª Vara Cível que garante a Petrópolis percentual maior no rateio do ICMS no RJ. O acordo, anunciado pelo prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, previa uma

compensação em relação ao prejuízo que Teresópolis teve com o novo Índice de Participação dos Municípios (IPM-ICMS) calculado com base nessa liminar, lhe oferecendo maior recurso por meio do Consórcio Intermunicipal para a gestão de saúde (o CIS-Serra) - associação que tem o prefeito Rubens Bomtempo como presidente.

Teresópolis aberta a negociar

Depois que as prefeituras protocolaram a proposta de acordo, Teresópolis informou no processo que consultou as secretarias internas envolvidas e ao Controle Interno do Município, e verificou a impossibilidade legal de prosseguir com o acordo nos moldes inicialmente avaliados. Ao Correio, Teresópolis confirmou que o acordo não foi fechado,

“visto que não foi vislumbrada possibilidade jurídica para compor os termos do documento para posterior apresentação ao STF”. Segundo Teresópolis, o STF vem tentando fazer um acordo, e afirma que o município está aberto ao entendimento e que “só desistirá da ação judicial caso haja viabilidade jurídica para a formalização do acordo”.

Arquivo/TV Correio da Manhã



Palácio Sérgio Fadel, sede da Prefeitura de Petrópolis

Prefeitura tenta retornar com o efeito da liminar

No acordo proposto por Petrópolis, com a possível desistência de Teresópolis, a liminar que foi concedida pela 4ª Vara Cível na ação movida pela gestão de Bomtempo contra a GE-Celma voltaria a valer e a multinacional voltaria a ser obrigada a preencher a Declan-IPM de acordo com o entendimento da prefeitura. Fazendo com que o cálculo do IPM fosse feito com nova base de informações. “Petrópolis

poderá voltar a arrecadar cerca de R\$ 28 milhões por mês, por conta da desistência da suspensão de liminar. O prejuízo apontado pelo município de Teresópolis (cerca de R\$ 100 mil por mês) poderá ser coberto com uma nova repartição de recursos para a saúde daquele município, por meio do Consórcio Intermunicipal para a gestão da área (o CIS-Serra)”, disse a Prefeitura de Petrópolis.

Niterói contesta

No entanto, essa ação, que começou na 4ª Vara Cível em Petrópolis, não envolve somente os dois municípios. Conforme apurado pelo repórter do Correio Petropolitano, Gabriel Rattes, Niterói quando soube da tentativa de acordo

protocolou um requerimento manifestando sua “categórica oposição”. Niterói destaca no documento, que a liminar impacta os demais 88 municípios do Rio de Janeiro que recebem as transferências de ICMS do estado do RJ.

Aumentam abstenções no 2º turno em Petrópolis

35,6% dos eleitores não foram às urnas no último domingo (27)

Paulo Pinto/Agência Brasil

Por Gabriel Rattes

Dos 245.180 eleitores aptos a votar na cidade de Petrópolis, apenas 157.664 compareceram às zonas eleitorais no último dia 27 de outubro. Foram 87.516 abstenções, o que representa 35,6% do total de eleitores aptos. No primeiro turno, 71.088 pessoas não compareceram, um percentual de abstenção de 28,99%. Uma diferença de 16.428 entre os dois turnos, e também a maior desde as eleições de 2016.

Em 2020, no primeiro turno somaram 71.799 (29,50%), e 85.621 (35,65%) no segundo turno - diferença de 13.822. Em 2022, houve menor abstenção no segundo turno (26.888 - 23,34%) comparado ao primeiro (58.479 - 23,99%), que representou uma diferença de 1.591. Em 2018, foram 58.821 (24,14%) abstenções no primeiro e 62.798 (25,77%) no segundo - diferença de 3.977. E em 2016, no primeiro turno houve 58.073 (23,74%) abstenções, já no segundo turno, foram 66.207 (27,06%) foram 8.134.

Para o cientista político e professor na Universidade Federal Fluminense (UFF), George Coutinho, podem existir dois motivos para o aumento das abstenções entre os dois turnos. “O primeiro é, aqueles que foram mobilizados pelos vereadores a irem às urnas não estavam contando com esse incentivo. E o segundo motivo pode ter sido que eventualmente, os dois nomes que foram colocados talvez não tenham entusiasmado parte do eleitorado a querer votar”, disse.

Outro ponto abordado por George é a facilidade das pessoas conseguirem justificar a ausência de voto. “Quando você justifica, não precisa pagar a multa. E agora o aplicativo E-Título faz



Eleitores petropolitanos têm 60 dias para justificar ausência

isso sem burocracia. Esse mecanismo, dado pela justiça eleitoral, facilita às pessoas se ausentar da urna no dia da eleição. Isso tem funcionado como um ‘incentivo reverso’, para que esse eleitor se veja mais livre do ‘comprometimento’, detalhou.

“Esse aumento das abstenções é inclusive um ponto a ser colocado nas próximas eleições. Estamos ficando parecidos com o comportamento do eleitor norte americano. Que dados os ‘desincentivos’ para que não compareceram às urnas, parte das campanhas se esforçam em tirar esse eleitor de casa de modo que ele vá até a urna votar. Ao que parece isso está posto como tarefa aos partidos e candidatos para fazer um esforço similar nas próximas eleições”, completou o especialista.

Justificativa

Todos aqueles que se abstiveram da votação, têm 60 dias para justificar a ausência às urnas. Pode ser feita pelo aplicativo e-Título ou presencialmente em uma das Mesas Receptoras de

Justificativa montadas em algumas cidades do estado. De acordo com a tabela divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), as cidades do interior do estado do Rio de Janeiro que possuem a Central de Atendimento ao Eleitor são: Cabo Frio; Campos dos Goytacazes; Teresópolis; Volta Redonda; Angra dos Reis; São João de Meriti; São Gonçalo; e Resende. Nova Friburgo possui um cartório eleitoral, localizado na praça Getúlio Vargas, no Centro, no qual pode ser realizada a justificativa.

Consequências

Deixar de justificar ou apresentar uma justificativa que não seja aceita pela autoridade judiciária resulta em aplicação de multa. Se a multa não for quitada, a pessoa não poderá obter a certidão de quitação eleitoral. Quem não votar nem justificar a ausência por três turnos consecutivos de eleições (cada turno corresponde a uma eleição) terá o título eleitoral cancelado se não pagar as multas devidas.

Enquanto não regularizar

a situação com a Justiça Eleitoral, a eleitora ou o eleitor não poderá tirar passaporte ou carteira de identidade, inscrever-se em concurso público, renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo, praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda e receber salário de função ou emprego público, entre outras consequências.

Eleitores no exterior

Aos brasileiros que estavam no exterior no dia do 1º turno da eleição têm até o dia 5 de dezembro para justificar a ausência ao pleito por três meios: via e-Título, pelo Auto Atendimento Eleitoral ou mediante o envio do Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE pós-eleição) para a autoridade judiciária da zona eleitoral responsável pelo título. A pessoa pode, ainda, apresentar a justificativa até 30 dias após a data do retorno ao Brasil, munida da documentação que comprove o não comparecimento às urnas.

Denúncia de má qualidade da comida dos servidores

Por Leandra Lima

Na última semana, a vereadora Gilda Beatriz (PP), denunciou por meio das suas redes sociais, a má qualidade das quentinhas que são distribuídas aos funcionários lotados na Secretaria Municipal de Saúde. De acordo com a parlamentar, os funcionários relataram ter encontrado alimentos crus e azedos. “A comida vem revirada, toda de qualquer jeito para nós, chega fora de hora, fria e sem nenhum tempero, além disso, às vezes vem azeda, estragada, já achei até cabelo. É triste jogar alimento fora, mas ninguém consegue comer essas quentinhas, que mais parecem lavagens”, revelou a reportagem uma funcionária que atua em uma das unidades de saúde, que pediu para não ser identificada.

A questão da má qualidade dos alimentos já foi levantada pela parlamentar, que vem cobrando o auxílio alimentação para os profissionais. “Mais uma vez, recebi inúmeras denúncias com relação a alimentação servida. Segundo relatos, na quinta-feira (24), a comida estava com cheiro de azeda e alguns alimentos crus. Isso é uma completa falta de respeito. Há muito tempo eu cobro a regulamentação do auxílio alimentação para os servidores. Já temos proposta aprovada na Câmara, mas infelizmente, a atual Gestão Municipal não colocou em prática. Vamos continuar cobrando”, enfatizou.



Funcionários enviaram à vereadora fotos das quentinhas

A situação não é novidade, os profissionais informaram a reportagem que é algo corriqueiro, antes da alimentação passar a ser preparada na cozinha do Hospital Alcides Carneiro, a comida também era ruim. “Não é de hoje que vem pra gente essa coisa horrível. É desumano. Quando mudou para o Alcides, pensamos que ia melhorar, porém não foi o caso. A comida não é boa, é de péssima qualidade! Com isso passei a não comer, sempre compro, ou, levo minha marmitta de casa”, disse uma profissional que preferiu não ser identificada.

Outro profissional que conversou com a reportagem reforçou que já viu colegas passarem mal após ingerirem os alimentos. “Vi minha colega vomitar depois de comer essa quentinha, olha é revoltante. Trabalhamos direito, o mínimo que podem fazer é cuidar da nossa alimen-

tação. Na semana passada mesmo, chegou uma com quibe que estava com um cheiro horrível porque não deixaram de molho a farinha de quibe, além disso nem carne moída tinha na mistura. Isso é um descaso com o nosso trabalho e com a nossa saúde, eles não pensam que tem pessoas que não conseguem comprar comida quase todo o plantão, ou levar de casa. Esse problema seria resolvido se tivéssemos o bendito auxílio alimentação, para nos dar autonomia”, expressou o funcionário.

Sobre as denúncias, a Prefeitura Municipal respondeu em nota que a Secretaria de Saúde não recebeu qualquer tipo de reclamação dos funcionários, ou mesmo dos trabalhadores do próprio hospital, sobre as refeições servidas, que são preparadas na cozinha do Hospital Alcides Carneiro.

Lojas da Rua Teresa abertas nos feriados

Novembro está chegando e com três feriados em que o comércio petropolitano poderá funcionar normalmente. Para aqueles que já estão em busca dos presentes de Natal, a dica é aproveitar as datas para comprar os presentes na Rua Teresa. Lojas do mais famoso polo de moda do Estado estarão abertas nos dias 2 - Finados (sábado); 15 - Proclamação da República (sexta-feira) e 20 - Dia da Consciência Negra (quarta-feira).

A dica é conferir as redes sociais da marca preferida para consultar os horários de funcionamento. No Instagram oficial da ARTE - Associação da Rua Teresa - também são postadas informações sobre programação, horários e os nomes das lojas abertas.

“São feriados estratégicos para as vendas focadas nas festas do final do ano. Muitas lojas já estão com novidades e prepararam promoções especiais para os visitantes. Na Rua Teresa há opções para todos os gostos e tamanhos e esperamos um volume de vendas significativo em novembro e dezembro”, confirma a presidente da ARTE, Denise Fiorini.

Vale salientar que, para poder abrir as lojas nos feriados é necessário que os empresários homologuem o termo de funcionamento nos dois sindicatos da categoria, Sicomércio e Sindicato dos Trabalhadores.